

A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana¹

Geraldo Magela Costa

Universidade Federal de Minas Gerais
Programa de Pós-Graduação em Geografia

advertência inicial

Este texto foi escrito como roteiro de apresentação da contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana, em Sessão Livre do X Encontro Nacional da ANPUR. Não constitui portanto um artigo completo. Esta advertência é necessária pela certeza da impossibilidade de tratar de forma minimamente completa o vasto, complexo e aberto pensamento do autor no pequeno texto a seguir apresentado. No entanto, considero que o texto contém passagens importantes do pensamento de Lefebvre que espero estimulem o leitor a buscar leituras mais completas sobre a questão, seja do próprio Lefebvre ou de outros autores que tratam das questões aqui levantadas.

A teoria da produção do espaço de Lefebvre

A teoria de espaço de Lefebvre, especialmente aquela contida em seu livro "*The production of space*", constitui uma economia política do espaço, mas que, no entanto, difere da chamada economia política urbana ou da urbanização. Esta última, desenvolvida por alguns autores no auge do período conhecido como "neo-marxista" de análise urbana, está essencialmente baseada na produção do ambiente construído comandada pela lógica da acumulação. Fainstein (1997), em uma importante revisão dos enfoques de análise urbana, sugere que os estudos pioneiros deste enfoque seriam "*Justiça Social e a Cidade*" de David Harvey

e “*A Questão Urbana*” de Manuel Castells. Sem negar o pioneirismo destas duas importantes obras, acredito, no entanto, que os estudos que melhor exemplificam a lógica do capital na produção do espaço urbano são aqueles desenvolvidos por Harvey (1981), Topalov (1979) e Lojkin (1981), introduzindo de forma mais explícita os conceitos de ambiente construído e de condições gerais de produção.

Não há dúvidas quanto aos avanços introduzidos por este tipo de enfoque no conhecimento do processo urbano no capitalismo. No entanto, após um período relativamente longo de hegemonia deste paradigma de análise do espaço urbano, suas limitações começaram a ser identificadas (Topalov, 1988; Fainstein, 1997). Uma delas refere ao economicismo que o caracteriza. Nas palavras de Fainstein (1997: 23), por exemplo,

A mais óbvia deficiência do enfoque da economia política é também a sua grande força – seu ponto de partida na base econômica das cidades. [No processo de] identificar a lógica econômica da urbanização capitalista, a economia política delinea – eu penso que corretamente – os limites da reforma e os processos recorrentes que continuamente geram desenvolvimento econômico desigual, subordinação e insegurança. Mas o favorecimento do econômico na corrente de explicação causal leva a um freqüente cálculo mecânico de interesses reais, assim como à negação da validade de percepções subjetivas que orientam o comportamento humano.

Além disso, observa-se que o enfoque da economia política urbana:

- é a-espacial - o ambiente construído e/ou a forma espacialmente concentrada das condições gerais de produção representam, naquela abordagem, uma extensão do capital fixo da produção para o espaço urbano, não se constituindo portanto em espaço social;
- não incorpora de forma adequada a dimensão política dos processos urbanos no capitalismo. Harvey (1981) apesar de afirmar que sua interpretação do urbano baseia-se nos “temas gêmeos” da acumulação e da luta de classes, (...) janelas diferentes das quais se vê a totalidade da atividade capitalista”, acaba por desenvolver de forma desvinculada as duas dimensões da questão, além de dar ênfase essencialmente à primeira delas. Ao introduzir o Estado enquanto um agente facilitador dos fluxos de capitais para a produção do ambiente construído (para a produção e para o consumo) no circuito secundário do capital, Harvey não está considerando a dimensão política da questão, mas simplesmente introduzindo um

elemento da superestrutura determinada pela base econômica. Afirmarções semelhantes podem ser deduzidas das análises de Topalov (1979) e de Lojkine (1981). Os movimentos sociais urbanos de Castells podem ser considerados uma exceção, com um tratamento político da questão urbana dentro do enfoque da economia política;

- é datado, uma vez que, nas palavras de Topalov (1988) o objeto da pesquisa urbana se dissipa após dez anos de pesquisa urbana de inspiração marxista. Tal objeto poderia ser representado pelo espaço da “metrópole fordista keynesiana” (Soja, 2001), que reunia as condições necessárias ao auge do capitalismo urbano-industrial de então.

Em um dos seus últimos livros Harvey (1996) apresenta avanços no tratamento tanto da dimensão sócio-espacial quanto da questão política, quando afirma que “socialismo tem que ser entendido como um projeto político, uma visão alternativa de como a sociedade funcionará, como relações sócio-ecológicas se desdobrarão, como potencialidades humanas podem ser realizadas mesmo que dentro de uma geografia da diferença”. No entanto, Harvey (1996) reconhece como é difícil a concretização de práticas que levem a este tipo de transformação social, quando ele escreve: “A dificuldade é, como sempre, encontrar tanto a retórica quanto os meios tangíveis para colocar juntas forças opositoras divergentes engajadas na luta anti-capitalista” (p.433).

A teoria da produção do espaço, uma economia política do espaço, de Lefebvre não trata de forma separada as dimensões econômica e política; teoria e prática. Além disso não é uma construção teórica “data-da” como aquela da economia política da urbanização que tinha como objeto de reflexão um momento do processo de desenvolvimento do capitalismo industrial.

Lefebvre, ao partir de outra ontologia para formular a sua teoria, considera o capitalismo como um processo, assim como o espaço como um seu produto. Com isto, prescinde do conceito de urbano e, conseqüentemente, da necessidade de conceituar o urbano (o objeto) a que ele está se referindo.

Como Lefebvre constrói o seu raciocínio sobre a produção do espaço pelo capitalismo e suas contradições?

A seqüência do raciocínio do autor em “*The production of space*”

(Lefebvre, 1993: 49) a seguir apresentada começa com o conceito de **espaço absoluto**: “religioso e político em caráter, foi um produto com vínculos de consangüinidade, terra e linguagem, mas dele desenvolveu-se um espaço relativizado e *histórico*”, um espaço com origem na antigüidade.

“Então, as forças da história eliminaram o que era natural para sempre e, sobre suas ruínas estabeleceram o **espaço da acumulação** (a acumulação de todas as riquezas e recursos: conhecimento, tecnologia, dinheiro, objetos preciosos, trabalhos de arte e símbolos)”

“Foi durante este tempo que a atividade produtiva (trabalho) deixa de ser parte integrante do processo de reprodução que perpetuava a vida social; mas, ao tornar-se independente daquele processo, o trabalho torna-se presa da abstração, donde trabalho social abstrato – e **espaço abstrato**”

Este espaço abstrato, o espaço da expropriação, abriga **velhas contradições**, que permaneceram através da história e, principalmente, **novas contradições** concernentes ao modo de produção capitalista. Estas se expressam no “confronto entre **espaço abstrato**, ou a externalização de práticas econômicas e políticas que se originam com a classe capitalista e o estado; e, **espaço social**, ou espaço de valores de uso produzido pela complexa interação de todas as classes na procura da vida cotidiana” (Lefebvre, 1979: 290)

“Por causa dessas contradições, encontramos-nos confrontados com um extraordinário, pouco notado fenômeno: a **explosão de espaços**. Nem o capitalismo nem o Estado podem manter o caótico e contraditório espaço que eles mesmo produziram” (Lefebvre, 1993: 52).

Destas contradições emerge o **espaço diferencial**.

Assim Lefebvre (1993: 52) se manifesta sobre esse processo:

“Chamarei esse novo espaço de '**espaço diferencial**' porque, uma vez que o espaço abstrato tende para a homogeneidade, para a eliminação de diferenças ou particularidades existentes, um novo espaço não pode nascer (ser produzido) a não ser que acentue diferenças”.

Para o autor, o espaço socialista será um **espaço de diferenças**. Parece contraditório. No entanto, Lefebvre não está se referindo a desigualdade, mas de uma diferença que está na base de uma **praxis sócio-espacial**, com potencial de mudança social, a luta que procura manter

ou resgatar o valor de uso do espaço da tendência em transformá-lo unicamente em valor de troca.

Em outra passagem de sua obra, Lefebvre (1993: 26) escreve sobre esta luta: "As forças sociais e políticas (estado) que geraram este espaço [espaço abstrato, da dominação] agora procuram, mas falham, dominá-lo completamente; o agente que forçou a realidade espacial na direção de um tipo de autonomia incontrolável agora se esforça para subjogá-lo e, então algemá-lo e escravizá-lo". Na relação entre as forças geradoras deste espaço e dinâmica social que impede o seu domínio completo, o autor constrói sua teoria de praxis sócio-espacial. Diferentemente de outros analistas da economia política da urbanização, a proposta de Lefebvre não está focada no objeto, mas no processo, que procura incorporar a dimensão política do espaço em teoria e prática. Portanto, a dissipação do objeto da economia política da urbanização (grandes regiões metropolitanas ou aglomerações industriais), como Topalov (1988) sugeriu, não é uma questão essencial para a teoria lefebvriana de espaço.

Finalmente, uma pequena observação sobre o método. A contribuição da teoria do espaço de Lefebvre para a análise urbana é essencialmente uma inspiração. Com isto quero dizer que não há como criar-se categorias de análise empírica a partir dos vários conceitos de espaço que Lefebvre menciona ao longo de seus textos. Ou seja, são conceitos teóricos que lhe permitem construir uma teoria única sobre a produção do espaço que nos autoriza construir hipóteses que guiem a análise urbana e contribuam para o avanço no processo de conhecimento de processos sócio-espaciais. A transformação de tais conceitos em categorias de análise empírica é um equívoco que empobrece a contribuição teórica de Lefebvre.

A este respeito, Kofman & Lebas (1996:8), na introdução de sua tradução de vários textos de Lefebvre sobre a cidade (*Writings on Cities*), escrevem:

"Ser Lefebvriano, tem que ser dito, é mais uma sensibilidade do que um sistema fechado; e de fato, muitos tem achado seus *insights* teóricos difíceis de serem aplicados devido à fluidez, dinâmica e abertura de seu pensamento. Uma evidência provavelmente perfeita disto está em uma de suas respostas mais comuns, 'sim e não' (1996: 8, destaque no original - tradução do autor).

Refletindo sobre a dimensão política de sua teoria, Lefebvre (1993: 60) pergunta-se: "Estamos falando sobre um projeto político?" E respon-

de: "Sim e não. Ela certamente incorpora uma política do espaço, mas ao mesmo tempo vai além de política uma vez que ela pressupõe uma análise crítica de toda política espacial assim com de toda a política em geral". Esta essência dialética de seu pensamento é destacada pelo próprio autor quando critica o espaço dos especialistas um espaço de códigos: "A mudança que estou propondo em orientação analítica em relação ao trabalho de especialistas nesta área precisa agora estar clara: ao invés de enfatizar os aspectos rigorosamente formais de códigos, eu estarei ao contrário dando ênfase ao seu caráter dialético" (pp. 17-18).

Notas

1 o texto desta apresentação foi extraído de dois artigos anteriormente escritos: Costa (1999) e Costa; Costa (2001)

oOo

Bibliografia

- CASTELLS, M. (2000). *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- COSTA, G. M. (1999). Teorias sócio-espaciais: diante de um impasse?. Anais do VIII ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, Porto Alegre, 24-28 de maio.
- COSTA, H. S. M. & COSTA, G. M. (2001). Urban analysis and praxis redefined: contributions of the theory of space and environment thought. *International Seminar on Economy and Space*, Ouro Preto, 6-7 de dezembro (No prelo para capítulo de livro: CEDEPLAR / UFMG).
- FAINSTEIN, S. (1997). Justice, politics and the creation of urban space. In: MERRIFIELD, A., SWYNGEDOUW, E. 1997. *The urbanization of injustice*. New York: New York University Press. [18-44].
- HARVEY, D. (1981). The urban process under capitalism. In: DEAR, M. e SCOTT, A. J. (ed.), (1981). *Urbanization and urban planning in capitalist societies*. New York: Methuen and Co. pp. 91-122.
- HARVEY, D. (1996). *Justice, nature and the geography of difference*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- KOFMAN, E.; LEBAS, E. (eds.) (1996). *Writings on cities: Henri Lefebvre*. Cambridge: Blackwell Publishers.
- LEFEBVRE, H. (1979). Space: social product and use value. In: J. Freiberg (ed.) 1979. *Critical sociology: European perspective*. New York: Irvington Publishers.
- LEFEBVRE, H. (1993). *The production of space*. Oxford: Blackwell. 3ª ed.
- LOJKINE, J. (1981). *O estado capitalista e a questão urbana*. São Paulo: Martins Fontes.
- SOJA, E. (2001). *Postmetropolis: critical studies of cities and regions*. Oxford and Malden: Blackwell Publishers.
- TOPALOV, C. (1979). *La urbanization capitalista: algunos elementos para su análisis*. Mexico: Edicol Mexico. Cap. 1, [15 - 35].
- TOPALOV, C. (1988). Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. *Espaço e Debates*. Ano VIII, v. 1, nº23, [05-30].